

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O relacionamento do RS com o Exterior em 1997*

*Beky Moron de Macadar**
Sônia Unikowsky Teruchkin***

O ano de 1997 trouxe profundas mudanças para o Rio Grande do Sul no seu relacionamento com o Exterior, no que se refere à balança comercial, ao Mercosul e, principalmente, à captação de recursos externos para o Estado. Todas essas questões serão abordadas no presente texto.

Com relação ao comércio exterior, focalizado na primeira parte, são apresentadas algumas das principais medidas acionadas pelo Governo Federal para estimular as exportações e abrandar o nível das importações, bem como são analisados os dados das exportações e, diferentemente de anos anteriores, são também avaliados os dados de importações gaúchas. A balança comercial gaúcha foi superavitária (US\$3.207 mil) no período jan.-out./97 em relação aos 10 primeiros meses de 1996. Com aumento de 12,4% nas exportações, pouco acima da média brasileira de 11,1%, denotou queda na taxa de variação das importações de 17,5% no mesmo período, contrariando o comportamento das mesmas em nível nacional, cujo valor se elevou 19,0%, refletindo-se no déficit da balança comercial brasileira.

A segunda parte do texto analisa os avanços registrados pelo Estado no estreitamento dos vínculos com o Mercosul, principalmente no que diz respeito ao incremento do comércio com os países parceiros e na adequação e ampliação da infra-estrutura já existente.

* Este texto foi elaborado com dados disponíveis até 19.12.97.

** Economista, Técnica da FEE.

As autoras agradecem à Economista Teresinha Bello pelos comentários à versão preliminar do texto e à estagiária Luciana F. Souza pela elaboração das tabelas.

Na terceira parte, relacionam-se alguns dos principais projetos de investimentos públicos e privados a serem financiados com recursos de organismos internacionais, bem como aqueles a serem realizados por empresas multinacionais que pretendem se instalar ou ampliar sua presença no Estado. Por fim, na quarta parte, apresentam-se algumas considerações finais.

1 - As relações comerciais externas

1.1 - Medidas para estimular as exportações e conter as importações

O Rio Grande do Sul vem apresentando, todos os meses, saldos comerciais positivos, com um superávit de US\$ 2.334,7 mil no ano de 1996 e atingindo, nos 10 primeiros meses de 1997, US\$ 3.207,5 mil, o que vem contribuindo sobremaneira para reduzir o déficit da balança comercial brasileira, um dos grandes problemas atuais do País (Tabela 1). O incremento do superávit no Estado deve-se ao movimento ascendente das exportações e descendente das importações, quando se comparam os dados de janeiro a outubro de 1997 em relação a idêntico período de 1996.

A sobrevalorização do real, a valorização do dólar frente a outras moedas e as altas taxas de juros internas repercutem sobremodo no incremento das importações brasileiras e na maior dificuldade para exportar. As vendas ao Exterior ainda enfrentam deficiências de infra-estrutura de transportes, com elevados custos portuários, insuficiente promoção comercial e, principalmente, restrições alfandegárias e não alfandegárias impostas pelos países europeus, pelos EUA e pelo Japão.

Aliada a esses fatores, a partir de outubro, a crise das Bolsas asiáticas e a conseqüente desvalorização das suas moedas devem refletir-se significativamente nas balanças comerciais brasileira e gaúcha. Isto porque a desvalorização cambial barateia as exportações asiáticas, tornando-as mais competitivas, o que, além de favorecer a entrada de produtos asiáticos no Brasil, torna os produtos brasileiros comparativamente mais caros na Europa e nos EUA, deslocando mercadorias gaúchas como celulose e calçados. Adicione-se a isso o fato de algumas moedas européias se encontrarem desvalorizadas frente ao dólar, o que encarece ainda mais as exportações brasileiras para esses

países e barateia as importações, estimulando-as, devido ao atrelamento do real ao dólar.

Tabela 1

Balança comercial do Brasil e do Rio Grande do Sul — jan -dez /96 e jan -out /97

PERÍODOS	EXPORTAÇÕES MENSAIS			IMPORTAÇÕES MENSAIS			SALDO COMERCIAL MENSAL (US\$ mil FOB)	
	Brasil (A) (US\$ mil FOB)	RS (B) (US\$ mil FOB)	Participação % (B/A)	BRASIL (A) (US\$ mil FOB)	RS (B) (US\$ mil FOB)	Participação % (B/A)	Brasil	RS
1996								
Jan	3 472 938	335 472	9,66	3 439 787	240 629	7,00	33 151	94 843
Fev.	3 404 705	396 427	11,64	3 434 791	163 581	4,76	-30 086	232 846
Mar	3 408 144	384 976	11,30	3 872 776	262 510	6,78	-464 632	122 466
Abr.	4 271 322	464 234	10,87	4 072 766	276 559	6,79	198 556	187 675
Mai	4 505 748	601 688	13,35	4 237 539	266 467	6,29	268 209	335 221
Jun.	3 839 946	535 374	13,94	4 166 805	194 971	4,68	-326 859	340 403
Jul.	4 458 942	614 237	13,78	4 793 487	322 314	6,72	-334 545	291 923
Ago.	4 380 857	571 464	13,04	4 672 266	277 301	5,94	-291 409	294 163
Set.	4 115 239	449 348	10,92	4 770 115	328 003	6,88	-654 876	121 345
Out.	4 187 927	453 205	10,82	5 495 659	328 665	5,98	-1 307 732	124 540
Nov.	3 911 559	429 830	10,99	4 764 543	284 811	5,98	-852 984	145 019
Dez.	3 789 399	427 386	11,28	5 575 519	383 098	6,87	-1 786 120	44 288
TOTAL	47 746 726	5 663 641	11,86	53 296 053	3 328 909	6,25	-5 549 327	2 334 732
1997								
Jan.	3 684 586	401 400	10,89	3 405 327	161 369	4,74	279 259	240 031
Fev.	3 146 215	359 094	11,41	5 115 068	280 056	5,48	-1 968 853	79 038
Mar	3 826 125	408 380	10,67	4 703 329	179 042	3,81	-877 204	229 338
Abr.	4 628 789	574 352	12,41	5 458 369	201 108	3,68	-829 580	373 244
Mai	4 658 176	700 960	15,05	4 757 651	202 638	4,26	-99 475	498 322
Jun.	4 642 701	712 234	14,71	5 188 865	209 839	3,87	-348 184	511 395
Jul.	5 237 696	753 687	14,39	5 948 325	249 406	4,19	-710 629	506 281
Ago.	5 073 128	559 041	11,02	5 322 237	235 917	4,43	-249 109	323 124
Set.	4 588 011	447 066	9,74	5 659 960	247 814	4,38	-1 071 949	199 252
Out.	4 792 689	485 465	10,13	5 556 307	236 004	4,25	-763 618	249 461
TOTAL	44 478 116	5 401 680	12,14	51 115 438	2 194 193	4,29	-6 637 322	3 207 486

FORNTE: MICT/SECEX/DTIC/Sistema Alice.

NOTA: Os dados compreendem as correções do Siscomex até 15.12.97.

Além disso, a crise asiática, dada a sua repercussão internacional, deve resultar em menor crescimento da economia mundial e, dessa forma, levar a uma redução da demanda externa de produtos brasileiros. Entretanto esses reflexos na balança comercial não são imediatos, tendo em vista que grande parte dos negócios comerciais para 1997 já estavam em fase de conclusão ou concluídos. Mesmo assim, algumas medidas adicionais para fortalecer as exportações e desestimular as importações foram adotadas pelo Governo Federal, visando contribuir para a redução do déficit comercial brasileiro, com repercussões positivas nas exportações gaúchas.

No último trimestre, dentro do denominado "pacote de medidas do Governo Federal", foram acionadas várias providências para estimular as vendas, que vieram complementar outras já existentes¹. Dentre estas devem-se salientar: **Antecipação de Contratos de Câmbio (ACC)** que, a partir do pacote, estende aos fornecedores de matérias-primas para produtos exportados a possibilidade de financiarem sua produção a taxas de juros internacionais, diminuindo a pressão dos custos; **Fundo de Aval** para pequenas e médias empresas, que dá condições de garantias reais para a obtenção de financiamentos junto aos bancos, facilitando sua obtenção.

Além dessas, na área de seguros foi criada a Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação (SBCE), que proporcionará aos exportadores menor risco de inadimplência dos seus clientes externos e, portanto, maior segurança para comercializar em mercados desconhecidos. É, para 1998, está prevista a **Agência de Promoção de Exportações (Apex)**, que deverá implementar uma política de promoção comercial para estimular as exportações das micro, pequenas e médias empresas.

Cabe também destacar, em nível estadual, a entrada em operação, em 1998, da **Zona de Processamento de Exportações (ZPE)** de Rio Grande, que tem como atrativo o tratamento diferenciado e subsidiado para as

¹ As medidas já existentes são: a Lei Kandir, que instituiu a isenção de pagamento de ICMS nas exportações de produtos primários e semi-elaborados e na compra de bens de capital; a utilização de crédito presumido do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), para ressarcimento do valor do PIS/PASEP e da Confins incidentes sobre insumos empregados em produtos exportados; o Programa de Financiamento às Exportações (Proex), gerido pelo Banco do Brasil, que atua no financiamento direto ao exportador e, principalmente, na modalidade de equalização das taxas de juros (diferença entre a taxa de captação do recurso e do empréstimo); e o Financiamento de Máquinas e Equipamentos à Exportação (Finamex) do BNDES, que financia a produção de mercadorias que serão exportadas e a exportação pós-embarque, sendo grande tomador de recursos do Proex para equalização das taxas de juros de seus financiamentos.

empresas se instalem e produzirem exclusivamente bens destinados à exportação.

Na área das importações, visando abrandar o déficit comercial brasileiro, o Governo Federal acionou várias medidas para conter as aquisições externas, às quais se fazem algumas referências a seguir.

Em março de 1997, o Banco Central determinou que as compras externas financiadas até 360 dias fossem pagas à vista, com o objetivo de coibir ganhos especulativos com operações de importações.² Posteriormente, o Banco Central mais do que dobrou a multa aplicada a importadores que contratassem operação de câmbio fora dos prazos estabelecidos e efetuassem o pagamento das importações licenciadas com atraso.

A partir de outubro, a Receita Federal reduziu o prazo para a apresentação de documentos da Declaração da Importação (DI) nos postos da Aduana, de 60 para 15 dias, objetivando o melhor controle das importações pelo Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex), e estabeleceu um processo mais efetivo de valoração aduaneira, visando coibir o subfaturamento. Por fim, houve o aumento de três pontos percentuais na Tarifa Externa Comum (TEC), que vai incidir sobre cerca de 85% das importações brasileiras provenientes de países de fora do Mercosul.

O impacto dessas medidas, aliado à elevação das taxas de juros, deve se refletir de forma mais significativa já no começo de 1998. Se, por um lado, a redução no ritmo de crescimento interno deve arrefecer o aumento das importações, por outro, a consolidação de um grande número de novos investimentos no Estado poderá impulsionar aquisições de bens para a instalação dessas novas empresas.

1.2 - O desempenho das exportações gaúchas

As exportações gaúchas caracterizam-se pela alta concentração das vendas em pequeno número de setores, onde predominam os complexos

² Esta não surtiu o efeito esperado pois a disponibilidade de recursos externos a taxas de juros mais baixas que as praticadas no Brasil impulsionou as importações financiadas com prazo superior a 360 dias.

coureiro-calçadista, da soja — grão, óleo e farelo — e do fumo-tabaco e cigarros. A desgravação do ICMS nas exportações de produtos básicos e semi-elaborados, a desoneração do IOF sobre crédito externo para a atividade agrícola e o ressarcimento do Pis/Pasep e da Cofins, ao reduzir os custos de exportações agroindustriais, contribuíram para elevar seu valor e aumentar a sua rentabilidade. Somam-se a esses fatos, a queda da inflação interna e a melhoria das cotações internacionais dos grãos em 1997, que colaboraram para melhorar a competitividade das exportações gaúchas.

Segundo informações veiculadas pela imprensa, o Rio Grande do Sul, de janeiro a setembro corrente, foi o segundo estado em número de exportadores financiados pelo Proex e o quarto em valor, absorvendo 4,3% dos recursos. Deve-se ressaltar a melhoria da qualidade dos serviços do Porto de Rio Grande, que, através de novos investimentos em equipamentos, agilizou as operações de carga e descarga, incrementando o movimento e reduzindo seus custos (PROEX..., 1997, p.8).³

Os principais destinos das exportações gaúchas no período janeiro-outubro dos dois últimos anos foram, por ordem decrescente, os EUA, a Argentina, a China, a Alemanha e o Reino Unido, que, juntos, representaram 51,32% e 48,56% respectivamente (Tabela 2). Dentre os compradores mais representativos, as maiores variações positivas ocorreram nas vendas para: Tailândia, Países Baixos, Filipinas, China e Argentina.

Analisando-se as exportações por capítulos da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) (Tabela 3), observa-se um elevado valor das exportações concentradas em poucos capítulos. Enquanto os oito primeiros representam cerca de 70% das exportações estaduais de janeiro a outubro, os três mais significativos — calçados, artefatos e suas partes; fumo e seus sucedâneos manufaturados e resíduos alimentares — detêm 48,6% do valor exportado, significando um decréscimo em relação a idêntico período do ano passado, quando participavam com 53,2%.

³ Segundo estudo da Confederação Nacional da Indústria, o Porto de Rio Grande foi classificado em primeiro lugar no *ranking* dos portos públicos nacionais. O Governo do Estado arrendou à iniciativa privada o Terminal de Granéis Líquidos (pier Petroleiro), o Terminal de Trigo e Soja (TTS) e o Terminal de Contêineres (Tecon), restando sob administração estadual apenas o porto novo, especializado em contêineres (FONSECA, 1997, p.34).

Tabela 2

Exportações do RS, por países — jan.-out./96 e jan.-out./97

PAÍSES	US\$ MIL FOB		$\Delta\%$	PARTICIPAÇÃO %	
	1996	1997		1996	1997
Estados Unidos	1 355 712	1 278 884	-5,67	28,21	23,68
Argentina	418 436	547 323	30,80	8,71	10,13
China	270 255	367 233	35,88	5,62	6,80
Alemanha	224 258	216 069	-3,65	4,67	4,00
Reino Unido	197 334	213 278	8,08	4,11	3,95
Japão	168 857	199 826	18,34	3,51	3,70
Espanha	151 985	191 257	25,84	3,16	3,54
Itália	243 167	189 308	-22,15	5,06	3,50
Paraguai	149 088	177 709	19,20	3,10	3,29
Uruguai	157 281	158 385	0,70	3,27	2,93
Países Baixos	95 580	153 758	60,87	1,99	2,85
Bélgica	104 463	126 379	20,98	2,17	2,34
Tailândia	42 330	113 600	168,37	0,88	2,10
Chile	98 091	103 480	5,49	2,04	1,92
Hong Kong	74 069	87 882	18,65	1,54	1,63
Filipinas	53 964	82 115	52,17	1,12	1,52
Arábia Saudita ...	59 800	75 307	25,93	1,24	1,39
Subtotal	3 750 906	4 124 371	9,96	78,04	76,35
Outros	1 055 518	1 277 309	21,01	21,96	23,65
TOTAL GERAL	4 806 424	5 401 680	12,38	100,00	100,00

FONTE: MICT/SECEX/DTIC/Sistema Alice.

Tabela 3

Exportações do RS, por capítulos da Nomenclatura Comum do Mercosul — jan.-out./96 e jan.-out./97

CAPÍTULOS	US\$ MIL FOB		Δ%	PARTICIPAÇÃO %	
	1996	1997		1996	1997
64 - Calçados, polainas e artefatos semelhantes e suas partes	1 177 176	1 163 017	-1,20	24,49	21,53
24 - Fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados	808 423	907 842	12,30	16,82	16,81
23 - Resíduos das indústrias alimentares; alimentos para animais	571 574	553 150	-3,22	11,89	10,24
84 - Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos e suas partes	316 583	359 311	13,50	6,59	6,65
12 - Sementes e frutos oleaginosos; grãos; etc.	40 581	314 465	674,91	0,84	5,82
41 - Peles, exceto peleteria (peles com pêlo), e couros	195 098	236 703	21,33	4,06	4,38
02 - Carnes e miudezas, comestíveis	195 030	230 256	18,06	4,06	4,26
15 - Gorduras, óleos e cêras, animais ou vegetais	227 900	200 943	-11,83	4,74	3,72
87 - Veículos automóveis, tratores, ciclos, outros veículos e suas partes e acessórios	153 635	184 239	19,92	3,20	3,41
39 - Plásticos e suas obras	132 733	177 020	33,37	2,76	3,28
29 - Produtos químicos orgânicos	71 540	93 147	30,20	1,49	1,72
40 - Borracha e suas obras	76 497	78 205	2,23	1,59	1,45
94 - Móveis; mobiliário médico-cirúrgico; colchões; etc	72 386	77 281	6,76	1,51	1,43
82 - Ferramentas, artefatos, cutelaria e talheres, etc.	80 302	76 689	-4,50	1,67	1,42
47 - Pastas de madeira, etc.; desperdícios e aparas de papel	67 839	72 236	6,48	1,41	1,34
85 - Máquinas, aparelhos e material elétrico e suas partes	63 445	63 749	0,48	1,32	1,18
Subtotal	4 250 742	4 788 253	12,65	88,44	88,64
Outros	555 682	613 427	10,39	11,56	11,36
TOTAL GERAL	4 806 424	5 401 680	12,38	100,00	100,00

FONTE: MICT/SECEX/DTIC/Sistema Alice.

Calçados, polainas e artefatos semelhantes e suas partes

As vendas desse grupo de produtos foram de US\$ 1.163.017 mil, com perda de participação no valor das exportações gaúchas (Tabela 4). Essa indústria concentra suas vendas, quanto ao destino, para os EUA, o Reino Unido, o Canadá e a Alemanha e, quanto ao tipo de produto, em calçados de couro de uso feminino.

Tabela 4

Exportações do RS, por mercadorias — jan -out /96 e jan -out /97

MERCADORIAS	US\$ MIL FOB		Δ%	PREÇO MÉDIO		Δ%	PARTICIPAÇÃO	
	1996	1997		1996	1997		1996	1997
Outros calçados de couro natural	871 780	829 774	-4,82	11,55	11,50	-0,43	18,14	15,36
Fumo não manufaturado, total ou parcialmente destalado, folhas secas, tipo Virginia	583 154	636 294	9,11	4,85	4,44	-8,45	12,13	11,78
Bagaços e outros resíduos sólidos da extração do óleo de soja	563 855	543 043	-3,69	245,38	276,02	12,49	11,73	10,05
Outros grãos de soja, mesmo triturados	40 202	302 281	651,91	283,46	301,30	6,29	0,84	5,60
Óleo de soja, em bruto, mesmo degomado	221 945	193 928	-12,62	537,26	517,32	-3,71	4,62	3,59
Outros calçados de couro natural, cobrindo o tornozelo	132 158	156 540	18,45	19,05	19,63	3,04	2,75	2,90
Carne de galos ou galinhas, não cortada em pedaços, congelada	74 551	115 351	54,73	1,25	1,23	-1,60	1,55	2,14
Fumo parcialmente destalado, não manufaturado, em folhas secas, tipo Burley	73 151	108 452	48,26	4,90	4,35	-11,22	1,52	2,01
Couro ou pele bovina, preparado após curtimento, plena flor	89 407	104 243	16,59	17,71	13,47	-23,94	1,86	1,93
Cigarros de fumo	86 309	75 305	-12,75	6,54	6,87	5,05	1,80	1,39
Pedaços e miudezas, comestíveis de galos ou galinhas, congelados	68 793	75 183	9,29	1,78	1,63	-8,43	1,43	1,39
Poliétilenos sem carga, densidade inferior a 0,94, em formas primárias	54 967	74 866	36,20	0,81	0,89	9,88	1,14	1,39
Outros poliétilenos sem carga, densidade igual ou superior a 0,94, em formas primárias	44 851	68 498	52,72	0,78	0,84	7,69	0,93	1,27
Outros couros e peles, de bovinos e de eqüídeos, curtidos	50 313	59 857	18,97	9,12	9,99	9,54	1,05	1,11
Outros maquinários e aparelhos para colheita	49 408	58 369	18,14	49 358,84	48 966,91	-0,79	1,03	1,08
Subtotal	3 004 844	3 401 984	13,22	-	-	-	62,52	62,98
Outros	1 801 580	1 999 696	11,00	-	-	-	37,48	37,02
TOTAL GERAL	4 806 424	5 401 680	12,38	-	-	-	100,00	100,00

FONTE: MICT/SECEX/DTIC/Sistema Alice

O preço médio dos calçados de couro natural vendidos, que representam 71% das vendas desse capítulo, tem se situado em torno de US\$ 11,50 o par nos dois últimos anos, competindo com o calçado espanhol e o italiano e não mais com o chinês (US\$ 8,00). Os outros calçados de couro natural cobrindo o tornozelo, que participam com 13% do segmento, atingiram o preço médio de US\$ 19,63 (Tabela 4). Desses dois tipos de calçados, que representam 84% do faturamento externo, foram embarcados 80,1 milhões de pares de janeiro a outubro de 1997 contra 82,4 milhões de pares em idêntico período de 1996.

A concorrência agressiva dos produtos chineses, principalmente nos EUA, fez o produto brasileiro sair do segmento popular e entrar em uma faixa intermediária. Mas, com a transferência de empresas gaúchas para o Nordeste, devido aos benefícios fiscais recebidos e à mão-de-obra mais barata, o Brasil poderá voltar a exportar sapato popular. Entretanto essa migração de investimentos de firmas exportadoras calçadistas gaúchas,⁴ apesar de algumas delas manterem suas unidades no Estado, poderá comprometer a expansão das exportações e o nível de emprego no setor de calçados, artefatos e suas partes no RS, já se observando um acréscimo no nível de desemprego nessa indústria, na região do Vale do Sinos.

Tendo por finalidade sanar parte desse problema, o BNDES estendeu, até meados de 1998, o programa de financiamento para esse setor e, até 30 de setembro, "(...) já havia liberado R\$ 150 milhões ao setor coureiro-calçadista nacional, para a compra de máquinas e equipamentos, sendo R\$ 82 milhões para o RS (...)" (GUIMARÃES, 1997).

Complexo soja

Compreende, basicamente, as exportações de soja em grãos, de farelo de soja e de óleo de soja, já que as exportações de cascas de soja são

⁴ Três das maiores exportadoras brasileiras de calçados — a Reichert Calçados Ltda., a Schmidt & Irmãos Ltda. e a Calçados Reifer Ltda., todas do Rio Grande do Sul, estão se preparando para instalar fábricas na Bahia, mas manterão suas unidades no RS (QUADROS, 1997, p.C-5). Além dessas, a Daiby S.A de Sapiranga, no RS, já confirmou sua ida para a Bahia (QUADROS, 1997b). A Grendene inaugurou recentemente sua terceira unidade no Ceará (FURTADO, 1997). Também se transferiram, de acordo com informações, a Dakota, a Musa, a Paquetá e a Dilly.

bastante reduzidas. No período jan.-out./97 em relação a idêntico período de 1996, houve um enorme incremento no valor das vendas externas de grãos (651,9%), devido ao substancial crescimento da quantidade exportada, reflexo da Lei Kandir, que, ao reduzir os custos para os exportadores, tornou-os mais agressivos diante de um mercado francamente comprador (Tabela 4).

No período em consideração, dadas as exportações recordes de grãos, de menor valor agregado, as vendas externas de farelo de soja recuaram em volume e valor, apesar da melhoria nas cotações internacionais. O óleo de soja, por sua vez, apresentou decréscimos no valor (-12,62%), assim como no volume e no preço médio.

Tendo em vista que, em out./96, foi extinto o ICMS, que incidia sobre os embarques de soja em grãos em 13%, do farelo em 11% e no óleo de soja em 8%, observou-se a preferência das empresas gaúchas em exportar. Porém as vendas de soja⁵ continuam enfrentando barreiras no Exterior.

Fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados

As vendas externas atingiram, nos primeiros 10 meses de 1997, US\$ 907.842 mil, representando 16,8% das exportações gaúchas, com um incremento de valor de 12,30% em relação a jan.-out./96, sendo a queda do preço do produto no mercado internacional compensada pelo aumento do volume embarcado nos fumos tanto tipo Virgínia quanto Burley. As exportações de fumo não manufaturado, total ou parcialmente destalado tipo Virgínia, que representam 70% do total, tiveram seu preço médio reduzido (8,45%) e um aumento da quantidade vendida (19,26%). Já em relação aos cigarros, a diminuição do valor exportado (12,75%) deve-se, basicamente, à queda do volume vendido, pois o preço médio elevou-se.

Os principais destinos do fumo brasileiro são os EUA e a União Europeia, apesar de enfrentar, nesses mercados, significativas barreiras

⁵ Segundo o presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), os EUA sobretaxam em 20,8% todas as importações de óleo de soja e em US\$ 5,80 a tonelada de farelo. Esse percentual é muito superior à sobretaxa média de 7% sobre os demais óleos comestíveis, como colza, girassol, milho e amendoim. O Japão, por sua vez, taxa em 30% as importações de óleo de soja (KASSAI, 1997).

tarifárias.⁶ Mesmo assim, o setor fumageiro é um dos que mais tem investido, no RS, na ampliação do parque industrial. As principais empresas exportadoras nesse segmento são: Universal Leaf Tabacos, Dimon do Brasil Tabacos Ltda., Souza Cruz Trading e Phillip Morris.

Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos, instrumentos mecânicos e suas partes

Esse capítulo, com vendas de US\$ 359.311 mil, revelou um incremento de 13,50% no valor exportado, tendo participado com 6,65% da pauta gaúcha de vendas externas. As principais mercadorias exportadas foram: 1.192 máquinas e aparelhos para colheita (US\$ 58.469 mil); 130 mil aparelhos de ar condicionado (US\$ 43.733 mil) e motores Diesel e semidiesel para veículos (US\$ 36.363 mil).

Peles e couros

De janeiro a outubro de 1997, as vendas alcançaram o valor de US\$ 236.703 mil, denotando um acréscimo de 21,33% em relação ao mesmo período do ano anterior, dado o aumento da quantidade vendida. O principal item de exportação — couro e pele bovina, preparado após curtimento, plena flor —, que representa 44% do valor das vendas, atingiu um preço médio de apenas US\$ 13,47, com decréscimo de quase 24%. Já os couros e peles curtidos revelaram um reajuste positivo (9,5%) em seu preço médio, no mesmo período (Tabela 4).

O aumento da exportação de couro não beneficiado, resultado da Lei Kandir e das barreiras nos países desenvolvidos, significa menor valor agregado, limitando a geração de emprego e oportunidades perdidas de elevar a comercialização de couros intermediários (*crust*) e acabados.

⁶ Nos EUA, as exportações "(...) estão sujeitas a uma tarifa de 1,14 centavos de dólar por quilo, acrescida de um adicional *ad valorem* de 2,7%, fazendo a tarifa equivalente chegar até a 355%" (NASSSIF, 1997). No fumo sem talo, as tarifas chegam a 335%.

Carnes e miudezas, comestíveis

Compreende as exportações de todos os tipos de carnes (bovina, suína, aves, etc.) e suas miudezas de diferentes formas: não cortadas, em pedaços, congeladas, etc. De janeiro a outubro de 1997, as vendas externas atingiram US\$ 230.256 mil, com um incremento de 18,06% no valor em relação a jan.-out./96, apesar das inúmeras barreiras enfrentadas, como medidas fitossanitárias e subsídios, principalmente nos países desenvolvidos.

O principal item de exportações refere-se à venda de carne de galos ou galinhas congeladas — inteiras ou em pedaços e miudezas, comestíveis. Essas mercadorias representaram 82,74% do valor, com aumento de quantidade e diminuição de preços.

Segundo a Associação Brasileira dos Exportadores de Frango (ABEF), o setor está enfrentando forte concorrência da França, que intensificou os subsídios às exportações para o Oriente Médio, importante consumidor de frangos inteiros. Mas é no segmento de cortes que o frango brasileiro mais perde competitividade. Como os principais compradores de cortes brasileiros estão no Sudeste Asiático, com a desvalorização das moedas asiáticas, os preços dos produtores da Tailândia ficaram mais atraentes que os brasileiros (CAI..., 1997, p.14).

A carne bovina, por sua vez, denotou uma restrição, na importação e no consumo, na Europa, em virtude da "doença da vaca louca" adicionada à existência de cota de importação — Cota Hilton —, apesar de o Estado já estar livre da febre aftosa. Quanto à carne suína, existem perspectivas positivas, devido à elevação dos preços no mercado internacional dos cortes nobres e ao fato de o RS já ter requerido o certificado de zona livre da peste suína clássica.

Outros

Dentro do segmento de **veículos**, as principais mercadorias exportadas foram: tratores; partes e acessórios para tratores e veículos automotivos. Já no capítulo referente a **plásticos e suas obras**, cabe ressaltar as exportações de polietileno sem carga, em formas primárias, que tiveram valor acrescido em função do incremento na quantidade e nos preços.

1.3 - O desempenho das importações gaúchas

As importações no período jan.-out./97 atingiram US\$ 2.202.464 mil, sendo que 70% são provenientes da Argentina, Estados Unidos, Uruguai, Alemanha e Itália, apesar da significativa redução das compras da Argentina⁷ (Tabela 5). Em relação ao mesmo período do ano passado, verificou-se um acréscimo no nível de concentração das compras por países e por capítulos. Quanto às importações por mercadorias, exceto o trigo, as demais foram bastante diversificadas.

Analisando-se as importações por capítulos da NCM (Tabela 6), observa-se que os 15 discriminados aumentaram sua representatividade de 54,4% para 73,0% de janeiro a outubro de 1996 e 1997 respectivamente. Considerando-se apenas os dois primeiros capítulos, sua participação elevou-se de 19,8% para 28,7%.

No capítulo de **reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos e suas partes**, as importações, nos primeiros 10 meses de 1997, somaram US\$ 373.654 mil, com um acréscimo de quase 20% em relação a idêntico período do ano anterior. Destacam-se as compras de máquinas e aparelhos mecânicos, motores Diesel ou semidiesel para veículos e motocompressor hermético.

⁷ Cabe esclarecer que, até 1996, o Petróleo constituía o principal produto importado da Argentina. Entretanto os dados de importações do RS, retirados do Sistema Alice, não registram aquisições de Petróleo, de janeiro a outubro de 1997, dentre os principais capítulos e produtos da pauta de importações do Estado, de qualquer origem.

Tabela 5

Importações do RS, por países — jan.-out./96 e jan.-out./97

PAÍSES	US\$ MIL FOB		$\Delta\%$	PARTICIPAÇÃO %	
	1996	1997		1996	1997
Argentina	695 809	544 437	-21,75	26,15	24,72
Estados Unidos	347 660	391 165	12,51	13,06	17,76
Uruguai	284 348	273 112	-3,95	10,68	12,40
Alemanha	179 494	173 706	-3,22	6,74	7,89
Itália	139 957	152 840	9,20	5,26	6,94
Japão	49 859	50 702	1,69	1,87	2,30
França	32 058	46 331	44,52	1,20	2,10
Canadá	45 102	46 051	2,10	1,69	2,09
Chile	39 659	45 770	15,41	1,49	2,08
Reino Unido	51 053	37 100	-27,33	1,92	1,68
Espanha	28 070	33 168	18,16	1,05	1,51
Suíça	7 983	32 743	310,16	0,30	1,49
China	25 809	32 117	24,44	0,97	1,46
México	16 406	28 960	76,52	0,62	1,31
Países Baixos	29 140	26 614	-8,67	1,09	1,21
Subtotal	1 972 407	1 914 816	-2,92	74,12	86,94
Outros	688 846	287 648	-58,24	25,88	13,06
TOTAL GERAL ...	2 661 253	2 202 464	-17,24	100,00	100,00

FONTE: MICT/SECEX/DTIC/Sistema Alice.

NOTA: Os dados compreendem as correções do Siscomex até 19.11.97.

Tabela 6

Importações do RS, por Capítulos da Nomenclatura Comum
do Mercosul — jan.-out./96 e jan.-out./97

CAPÍTULOS	US\$ MIL FOB		Δ%	PARTICIPAÇÃO %	
	1996	1997		1996	1997
84 - Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos e suas partes	311 734	373 654	19,86	11,71	16,97
10 - Cereais	214 370	258 636	20,65	8,06	11,74
31 - Adubos ou fertilizantes	167 485	151 488	-9,55	6,29	6,88
29 - Produtos químicos orgânicos	109 763	110 776	0,92	4,12	5,03
85 - Máquinas, aparelhos e material elétrico e suas partes	70 461	103 851	47,39	2,65	4,72
41 - Peles, exceto peleteria (peles com pêlo), e couros	112 275	97 454	-13,20	4,22	4,42
39 - Plásticos e suas obras	107 082	96 778	-9,62	4,02	4,39
87 - Veículos automóveis, tratores, ciclos, outros veículos e suas partes	53 798	82 831	53,97	2,02	3,76
28 - Produtos químicos inorgânicos; etc	63 699	59 930	-5,92	2,39	2,72
48 - Papel e cartão; obras de pasta celulósica, de papel ou de cartão	42 434	53 629	26,38	1,59	2,43
40 - Borracha e suas obras	61 043	52 164	-14,55	2,29	2,37
07 - Produtos hortícolas, plantas, raízes e tubérculos, comestíveis	28 922	51 151	76,86	1,09	2,32
90 - Instrumentos e aparelhos de óptica, foto, precisão, médicos, etc.	62 994	43 385	-31,13	2,37	1,97
24 - Fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados	8 772	36 984	321,61	0,33	1,68
04 - Leite e laticínios; produtos comestíveis de origem animal	32 858	34 625	5,38	1,23	1,57
Subtotal	1 447 690	1 607 336	11,03	54,40	72,98
Outros	1 213 563	595 128	-50,96	45,60	27,02
TOTAL GERAL	2 661 253	2 202 464	-17,24	100,00	100,00

FONTE: MICT/SECEX/DTIC/Sistema Alice.

NOTA: Os dados compreendem as correções do Siscomex até 19.11.97.

No que se refere aos **cereais**, cujas compras foram de US\$ 258.636 mil, as mesmas elevaram-se em 20,65% em relação aos primeiros 10 meses do ano anterior. O principal item de importação foi o trigo, que revelou taxas acentuadas de crescimento no valor (320%) e nos preços (113,64%) (Tabela 7). Segue-se em ordem de importância a aquisição de arroz, não parboilizado, dos tipos semibranqueado, "cargos" ou castanho descascado e *paddy* com casca, com diferentes comportamentos de valor e preço médio, oriundos principalmente da Argentina e do Uruguai. Ainda nesse capítulo, deve-se considerar a cevada cervejeira, apesar do decréscimo de suas importações.

Quanto aos **adubos ou fertilizantes**, as compras atingiram US\$ 151.488 mil, com um decréscimo de 9,55% em relação ao mesmo período do ano anterior. As principais mercadorias importadas foram: cloreto de potássio, diidrogeno-ortofosfato de amônio e uréia com teor de nitrogênio superior a 45% em peso. Estas duas últimas mercadorias tiveram redução de preço médio, com maior ênfase na queda do preço internacional da uréia.

No que se refere aos demais capítulos, na análise comparativa dos 10 primeiros meses de 1997 e de 1996, cabe ressaltar o elevado incremento das compras externas de máquinas, aparelhos e material elétricos e suas partes (47,39%); veículos automóveis, tratores, ciclos, outros veículos e suas partes (53,97%), principalmente de partes e acessórios para tratores e veículos; produtos hortícolas, plantas, raízes e tubérculos comestíveis (76,86%) — com destaque para as cebolas —; fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados (321,61%).

As importações de máquinas e equipamentos sem produção de similar nacional continuam a crescer, porque, apesar de extintos, em julho último, os benefícios da concessão de tarifa zero do Imposto sobre Importação dos chamados "ex-tarifários", os pedidos encaminhados continuam em vigor até o fim do corrente ano (FERRARI, 1997). Com a extinção dos ex-tarifários, deve abrandar o valor dessas importações.

Por outro lado, houve decréscimo no valor importado de vários capítulos, salientando-se os instrumentos e aparelhos de óptica, foto, precisão, médicos, etc.; borrachas e suas obras; peles e couros; plásticos e suas obras; produtos químicos inorgânicos — com a redução na quantidade importada de ácido fosfórico com teor de arsênio maior ou igual a 8 ppm.

Tabela 7

Importações do RS, por mercadorias — jan -out /96 e jan -out /97

MERCADORIAS	US\$ MIL FOB		Δ%	PREÇO MÉDIO		Δ%	PARTICIPAÇÃO %	
	1996	1997		1996	1997		1996	1997
Outras espécies de trigo e misturas de trigo com centeio	33 242	139 818	320,61	0,22	0,47	113,64	1,25	6,35
Outros cloretos de potássio (adubos ou fertilizantes)	55 129	51 565	-6,46	0,12	0,12	0,00	2,07	2,34
Outros couros ou peles bovinas, preparados após curtimento, plena flor	66 236	51 389	-22,42	0,03	2,28	7 500,00	2,49	2,33
Arroz semibranqueado, não parboilizado, polido ou brunido	49 463	42 062	-14,96	0,41	0,40	-2,44	1,86	1,91
Ácido fosfórico com teor de arsênio superior ou igual a 8 ppm	46 506	38 102	-18,07	0,20	0,20	0,00	1,75	1,73
Outras partes e acessórios para tratores e veículos automóveis	25 495	36 086	41,54	8,00	9,06	13,25	0,96	1,64
Outras cebolas frescas ou refrigeradas	19 409	34 967	80,16	0,00	0,33	-	0,73	1,59
Diidrogênio-ortofosfato de amônio (adubos ou fertilizantes)	21 779	29 385	34,92	0,23	0,21	-8,70	0,82	1,33
Arroz ("cargos" ou castanho), descascado, não parboilizado	21 940	27 281	24,34	0,33	0,33	-	0,82	1,24
Outros maquinários e aparelhos mecânicos com função própria	10 360	23 358	125,46	49,17	416,19	746,43	0,39	1,06
Uréia com teor de nitrogênio superior a 45 % em peso	37 733	23 167	-38,60	0,21	0,14	-33,33	1,42	1,05
Arroz (paddy) com casca, não parboilizado	2 844	21 125	642,79	0,19	0,21	10,53	0,11	0,96
Cevada cervejeira	28 018	20 544	-26,68	0,22	0,20	-9,09	1,05	0,93
Outros motores Diesel ou semi-diesel, para veículos do capítulo 87	0	19 576	-	-	4 679,49	-	-	0,89
Outras carnes de bovinos, não desossadas, frescas ou refrigeradas	1 388	17 504	1 161,10	1,21	1,23	1,65	0,05	0,79
Subtotal	419 542	575 929	37,28	-	-	-	15,76	26,15
Outros	2 241 711	1 626 535	-27,44	-	-	-	84,24	73,85
TOTAL GERAL	2 661 253	2 202 464	-17,24	-	-	-	100,00	100,00

FONTE: MICT/SECEX/DTIC/Sistema Alice

NOTA: Os dados compreendem as correções do Siscomex até 19.11.97

As menores aquisições externas de plásticos devem-se à elevação dos preços internacionais e do Imposto de Importação de 2% para 14% no ano passado e ao maior investimento no setor plástico gaúcho (PLÁSTICO..., 1997, p.5).

2 - O RS e o Mercosul

2.1 - As transações comerciais entre o Rio Grande do Sul e o Mercosul

Duas importantes medidas adotadas em 1997 contribuirão para estimular ainda mais o comércio intrabloco: o aumento da TEC e o maior prazo de pagamento para mercadorias provenientes dos parceiros comerciais.

O aumento de três pontos percentuais na TEC foi implementado pelo Brasil, principalmente para aliviar seu déficit fiscal, e pela Argentina, para compensar as perdas pela eliminação da Taxa de Estatística, tributo de idêntico valor, questionado pela Organização Mundial do Comércio (OMC). O Uruguai e o Paraguai, para aderirem à alteração, exigiram receber uma compensação, isto é, a isenção do aumento para os produtos constantes em suas listas de exceção à TEC.

O Brasil, pela segunda vez, prorrogou o tratamento diferenciado concedido às importações dos parceiros do Mercosul, além dos associados ao bloco — Chile e Bolívia. A medida permite que os importadores brasileiros financiem as compras de produtos desses países, sem as restrições impostas a outras nações. Com isso, até 28.02.98, as aquisições de bens originários desses países com valor inferior a US\$ 40 mil têm prazo de até 90 dias, depois do desembarque das mercadorias, para o fechamento dos contratos de câmbio, independentemente do prazo de financiamento.

Quando se analisa a balança comercial do Estado em relação à dos demais parceiros do Mercosul — Argentina, Paraguai e Uruguai —, observa-se, de janeiro a outubro de 1997, um superávit de US\$ 66.955 mil, com exportações de US\$ 883.417 mil e importações de US\$ 816.462 mil, ao contrário do ocorrido no mesmo período do ano passado, quando houve um déficit de US\$ 258.278 mil (Tabela 8).

Tabela 8

Balança comercial do RS em relação ao Mercosul — jan -out /96 e jan -out /97

DISCRIMINAÇÃO	EXPORTAÇÕES			IMPORTAÇÕES			SALDO (US\$ mil FOB)	
	1996 (US\$ mil FOB)	1997 (US\$ mil FOB)	Δ%	1996 (US\$ mil FOB)	1997 (US\$ mil FOB)	Δ%	1996	1997
Argentina	418 435,5	547 323,2	30,80	695 808,8	541 918,8	-22,12	-277 373,3	5 404,4
Uruguai	157 281,0	158 384,6	0,70	284 347,6	272 419,3	-4,19	-127 066,6	-114 034,7
Paraguai	149 088,0	177 709,2	19,20	2 925,8	2 123,9	-27,41	146 162,2	175 585,3
Mercosul	724 804,5	883 417,0	21,88	983 082,2	816 462,0	-16,95	-258 277,7	66 955,0
Bolívia	53 324,3	56 742,8	6,41	482,2	875,4	81,54	52 842,1	55 867,4
Chile	98 091,3	103 480,3	5,49	39 658,8	45 770,3	15,41	58 432,5	57 710,0
Mercosul mais as- sociados	876 220,1	1 043 640,1	19,11	1 023 223,2	863 107,7	-15,65	-147 003,1	180 532,4

FONTE: MICT/SECEX/DTIC/Sistema Alice

NOTA: Os dados compreendem as correções do Siscomex até 19 11 97.

O Chile e a Bolívia, associados ao Mercosul, representam um mercado relativamente pequeno para o Estado (Tabela 8). Nos primeiros 10 meses de 1997, as exportações para o Chile e para a Bolívia representaram 2,97% do montante estadual, com destaque para as vendas de calçados, de polietilenos, carroçarias, reboques/semi-reboques e tratores. Já as importações foram menos representativas, participando com apenas 2,13% das aquisições estaduais, ressaltando-se os adubos e fertilizantes — minerais ou químicos — e metanol. A participação dos países parceiros mais os associados ao Mercosul, de janeiro a outubro de 1997, nas exportações, foi de 19,32% e, nas importações, de 39,34%.

As vendas do Estado para o Mercosul — Argentina, Paraguai e Uruguai —, nos primeiros 10 meses de 1997, representaram uma variação positiva de 22% em relação a igual período do ano passado, elevando sua representatividade no total embarcado para o Exterior para 16,35%. Os principais terminais rodoviários gaúchos de intercâmbio intra-regional são: Uruguaiana, Chuí, São Borja e Jaguarão.

Os principais capítulos, segundo a NCM (Tabela 9), e produtos exportados pelo Estado para o Mercosul foram: reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos e suas partes —

motores Diesel/semidiesel e máquinas, aparelhos para colheita, semeadores-adubadores, aparelhos de ar condicionado —; veículos automotores, tratores, ciclos, outros veículos e suas partes — reboques e semi-reboques, tratores, partes e acessórios para tratores e veículos automotores, carroçarias para veículos automotores —; plásticos e suas obras — polietileno sem carga, em formas — calçados, polainas e artefatos semelhantes e suas partes — engloba vários tipos de calçados (de couro natural, de borracha ou plástico, de material têxtil) —; **adubos ou fertilizantes**, em especial para o Paraguai.

Já no que se refere às importações gaúchas oriundas do Mercosul, por capítulos, de acordo com a NCM (Tabela 10) e os principais produtos, observa-se grande participação de cereais, com destaque para trigo, arroz e cevada cervejeira; peles e couros, apesar de ter decrescido 12% e onde o principal fornecedor é a Argentina, dada a melhor qualidade do produto; produtos hortícolas, plantas, raízes e tubérculos, comestíveis, com ênfase para as compras de cebolas da Argentina; reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos e suas partes, motores a Diesel/semidiesel para veículos; carnes e miudezas comestíveis, carnes de bovinos — não desossadas, frescas e desossadas, congeladas —, pedaços e miudezas comestíveis de galos/galinhas.

No que diz respeito aos demais produtos importados representativos, podem ser citados: painéis de madeira, fumo não manufaturado tipo Virgínia, borrachas misturadas, leite, feijões, filés de merluza, preparações para elaboração de bebidas, malte não torrado e produtos de padaria, pastelaria, indústria de biscoitos, etc.

A Argentina é o principal parceiro comercial do RS. Em relação a ela, o Estado obteve um superávit de US\$ 5.404 mil, com um incremento das exportações (30,80%) e um decréscimo das importações (21,75%). Deve-se salientar que o substancial crescimento das exportações rio-grandenses de carnes de galos/galinhas para a Argentina tende a perder impulso em função da recuperação da indústria de frangos daquele país, que, dentro de dois ou três anos, deve levar os preços a níveis muito competitivos com os brasileiros (BUENO, 1997).

Tabela 9

Exportações do RS para o Mercosul, segundo os principais capítulos da NCM — jan.-out./96 e jan.-out./97

a) Capítulo 84 - Reatores nucleares, caldeiras, maquinários, aparelhos e instrumentos mecânicos e suas partes

PAÍSES	1996 (US\$ mil FOB)	PARTICI- PAÇAO % 1996	1997 (US\$ mil FOB)	PARTICI- PAÇAO % 1997
Argentina	107 921,7	67,63	132 644,4	69,87
Paraguai	29 795,3	18,67	33 216,5	17,50
Uruguai	21 859,6	13,70	23 991,9	12,64
TOTAL DO CAPÍTULO	159 576,6	100,00	189 852,8	100,00

b) Capítulo 87 - Veículos automóveis, tratores, ciclos e outros veículos terrestres, suas partes e acessórios

PAÍSES	1996 (US\$ mil FOB)	PARTICI- PAÇAO % 1996	1997 (US\$ mil FOB)	PARTICI- PAÇAO % 1997
Argentina	50 590,5	66,93	78 066,9	74,39
Paraguai	11 297,8	14,95	10 915,7	10,40
Uruguai	13 700,2	18,12	15 960,1	15,21
TOTAL DO CAPÍTULO	75 588,5	100,00	104 942,7	100,00

c) Capítulo 39 - Plásticos e suas obras

PAÍSES	1996 (US\$ mil FOB)	PARTICI- PAÇAO % 1996	1997 (US\$ mil FOB)	PARTICI- PAÇAO % 1997
Argentina	56 731,3	70,24	76 149,9	75,16
Paraguai	7 331,6	9,08	8 086,0	7,98
Uruguai	16 702,0	20,68	17 083,8	16,86
TOTAL DO CAPÍTULO	80 764,9	100,00	101 319,7	100,00

d) Capítulo 64 - Calçados, polainas e artefatos semelhantes e suas partes

PAÍSES	1996 (US\$ mil FOB)	PARTICI- PAÇAO % 1996	1997 (US\$ mil FOB)	PARTICI- PAÇAO % 1997
Argentina	20 079,3	52,63	34 081,9	65,96
Paraguai	11 806,4	30,94	11 055,5	21,40
Uruguai	6 267,4	16,43	6 530,3	12,64
TOTAL DO CAPÍTULO	38 153,1	100,00	51 667,7	100,00

e) Capítulo 31 - Adubos ou fertilizantes

PAÍSES	1996 (US\$ mil FOB)	PARTICI- PAÇAO % 1996	1997 (US\$ mil FOB)	PARTICI- PAÇAO % 1997
Argentina	2 794,6	8,94	1 883,3	4,87
Paraguai	27 888,9	89,23	36 503,3	94,47
Uruguai	571,6	1,83	255,2	0,66
TOTAL DO CAPÍTULO	31 255,1	100,00	38 641,8	100,00

FONTE: MICT/SECEX/DTIC/Sistema Alice.

Tabela 10

Importações do RS provenientes do Mercosul, segundo os principais capítulos da NCM — jan.-out./96 e jan.-out./97

a) Capítulo 10 - Cereais

PAÍSES	1996 (US\$ mil FOB)	PARTICI- PAÇAO % 1996	1997 (US\$ mil FOB)	PARTICI- PAÇAO % 1997
Argentina	106 219,2	56,65	181 099,9	71,26
Paraguai	-	-	-	-
Uruguai	81 280,2	43,35	73 048,4	28,74
TOTAL DO CAPÍTULO	187 499,4	100,00	254 148,3	100,00

b) Capítulo 41 - Peles, exceto peleteria (peles com pêlo), e couros

PAÍSES	1996 (US\$ mil FOB)	PARTICI- PAÇAO % 1996	1997 (US\$ mil FOB)	PARTICI- PAÇAO % 1997
Argentina	65 901,0	93,53	57 484,6	93,07
Paraguai	899,0	1,28	1 001,2	1,62
Uruguai	3 656,2	5,19	3 276,6	5,31
TOTAL DO CAPÍTULO	70 456,8	100,00	61 762,4	100,00

c) Capítulo 07 - Produtos hortícolas, plantas, raízes e tubérculos, comestíveis

PAÍSES	1996 (US\$ mil FOB)	PARTICI- PAÇAO % 1996	1997 (US\$ mil FOB)	PARTICI- PAÇAO % 1997
Argentina	26 692,7	98,41	47 310,4	99,38
Paraguai	-	-	-	-
Uruguai	432,6	1,59	293,8	0,62
TOTAL DO CAPÍTULO	27 125,3	100,00	47 604,2	100,00

d) Capítulo 84 - Reatores nucleares, caldeiras, maquinários, aparelhos e instrumentos mecânicos e suas partes

PAÍSES	1996 (US\$ mil FOB)	PARTICI- PAÇAO % 1996	1997 (US\$ mil FOB)	PARTICI- PAÇAO % 1997
Argentina	35 920,5	98,56	35 016,7	97,78
Paraguai	-	-	0,8	0
Uruguai	524,2	1,44	793,7	2,22
TOTAL DO CAPÍTULO	36 444,7	100,00	35 811,2	100,00

e) Capítulo 02 - Carnes e miudezas, comestíveis

PAÍSES	1996 (US\$ mil FOB)	PARTICI- PAÇAO % 1996	1997 (US\$ mil FOB)	PARTICI- PAÇAO % 1997
Argentina	5 581,6	25,44	5 465,1	15,88
Paraguai	51,4	0,23	26,1	0,08
Uruguai	16 303,5	74,32	28 929,0	84,05
TOTAL DO CAPÍTULO	21 936,5	100,00	34 420,2	100,00

FONTES: MICT/SECEX/DTIC/Sistema Alice

NOTA: Os dados compreendem as correções do Siscomex até 19.11.97.

A entrada de leite e laticínios proveniente, principalmente, do Uruguai e da Argentina, com preços inferiores aos praticados no mercado interno, deve-se, em grande parte, à maior produtividade média das vacas/litro nos países vizinhos, graças à estrutura da propriedade e à qualidade dos pastos.

2.2 - Investimentos em infra-estrutura

Vários projetos anunciados em anos precedentes, mas que ainda não tinham sido materializados, estreitando os vínculos do Rio Grande do Sul com outros países-membros do Mercosul e, inclusive, com outros países associados ao mesmo (Chile, Bolívia), passaram a ter sua implementação iniciada ou concretizada no ano de 1997.

É o caso da ponte binacional São Borja—Santo Tomé, que liga a fronteira oeste do Rio Grande do Sul com a Argentina, inaugurada em dezembro de 1997 pelos Presidentes de ambos os países e que será aberta ao tráfego em janeiro de 1998, facilitando as trocas e fortalecendo o Mercosul. A ponte também representa mais um passo na concretização do almejado corredor bioceânico ligando o porto de Rio Grande ao porto chileno de Antofagasta.

Um outro projeto que registrou alguns avanços é o da conversora de energia elétrica de Garabi, também na região de São Borja. O edital de licitação internacional para a instalação da conversora foi assinado em maio de 1997. Orçado em R\$ 250 milhões, o empreendimento converterá a energia argentina, de 50 hertz (Hz), para os 60Hz do Brasil. Essa nova interconexão elétrica entre o Brasil e a Argentina, que será construída por investidor privado, vai permitir importar daquele país 1.000 megawatts de energia provenientes do chamado Mercado Elétrico Mayorista (MEM) a partir de 1999, os quais serão integrados ao sistema interligado em Itá, Santa Catarina, prevendo-se um ponto de entrega de energia para o RS em Santo Ângelo. Segundo a CEEE, aos gaúchos caberá uma parcela de 100MW a 120MW do total.

A Usina Térmica de Uruguaiiana, movida a gás natural comprado da Argentina,⁸ com capacidade para gerar 450MW é outro investimento prestes a se concretizar no Estado. A empresa norte-americana AES Corporation foi a vencedora da concorrência para implantá-la. Serão necessários investimentos de US\$ 300 milhões para implementar o projeto. Uma vez em funcionamento, a usina de Uruguaiiana responderá por cerca de 29% da energia comprada pela CEEE. A AES Corporation comprometeu-se a entregar a primeira das duas turbinas, que irá gerar 250MW, em janeiro de 1999.

Em janeiro de 1997, foi assinado contrato entre a Eletrosul e a Administración Nacional de Usinas y Transmisiones Eléctricas (ANTEL), do Uruguai, para a construção de uma estação conversora de frequência em Rivera, na fronteira entre os dois países. A estação vai permitir converter energia de 60Hz, utilizada no Brasil, para 50Hz, como a usada no Uruguai, e vice-versa, tornando possível a interligação entre os sistemas elétricos e o intercâmbio de até 70 megawatts por ano.

Em relação ao gasoduto da Bolívia, o ano de 1997, da mesma forma, registrou importantes avanços. Em março, a Petrobrás assinou um contrato com o consórcio Conmar, para o fornecimento de tubos de todo o trajeto do gasoduto Bolívia-Brasil, no valor de US\$ 628 milhões. Além disso, em agosto de 1997 foram assinados os contratos de construção e montagem do gasoduto de três mil quilômetros de extensão.⁹ A primeira etapa do gasoduto, que deverá estar concluída no final de 1998, estender-se-á de Rio Grande, na Bolívia, até Campinas, em São Paulo.¹⁰ Em uma segunda etapa,

⁸ A usina será abastecida por 2,5 milhões de metros cúbicos de gás por dia. O gás argentino chegará à fronteira do Rio Grande do Sul a partir da localidade de Aldea Brasileña, através de um gasoduto de 440km, com capacidade para transportar sete milhões de metros cúbicos por dia. No RS, a Companhia de Gás do Rio Grande do Sul (Sulgás) construirá um gasoduto de aproximação, de cerca de 12km, a um custo de US\$ 6 milhões, para transportar o gás argentino da fronteira até a usina. O presidente da Petrobrás confirmou que estão sendo feitos estudos para a extensão do gasoduto de Uruguaiiana até Porto Alegre, onde se faria a interligação com os dutos que trarão gás da Bolívia.

⁹ O gasoduto vai abastecer 29 cidades brasileiras e foi dimensionado para o transporte de até 30 milhões de metros cúbicos de gás por dia. O empreendimento, considerado estratégico como alternativa para a prevista escassez de energia elétrica no Brasil, poderá ser complementado por futuras conexões com outros gasodutos: da Argentina, no sul, e do Peru, no norte, provocando importantes mudanças no mercado regional de energia.

¹⁰ Inicialmente, serão fornecidos oito milhões de metros cúbicos de gás boliviano por dia para Campinas, sendo que o contrato com o Brasil contempla o abastecimento de 16 milhões de metros cúbicos diários.

até o final de 1999, o gasoduto será ampliado de Campinas a Porto Alegre, tendo sido publicado o edital de licitação para o projeto de execução em dezembro de 1997. Com previsão de início das obras para abril de 1998, o combustível poderá chegar ao Estado em outubro de 1999. (CESARE, 1997).¹¹

3 - Captação de recursos externos

3.1 - Setor público estadual

O ano de 1997 foi de intensa atividade na área de captação de recursos externos por parte do setor público do Estado do Rio Grande do Sul. Quatro programas de vulto financiados com recursos do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) foram contratados nesse ano e tiveram as primeiras parcelas liberadas, ao mesmo tempo em que se iniciou o desembolso de um financiamento contratado em 1995 (Pró-Guaíba).

Projeto de Reforma do Estado

O BIRD aprovou, em março de 1997, um empréstimo de US\$ 125 milhões — dos quais US\$ 50 milhões já foram desembolsados — sem exigência de contrapartida do Estado, com a finalidade de ajudar o Governo gaúcho a privatizar a Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT), a reestruturar a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) e a apoiar o programa de concessões nos setores de água, saneamento, portos e estradas.

¹¹ O RS contará com cinco pólos de distribuição, chamados de *city-gates*, nas cidades de Cambará do Sul, Cachoeirinha, Sapiranga, Canoas e São Francisco de Paula.

Programa Nacional de Manutenção de Rodovias Estaduais (PNMRE)

Também em março de 1997, o BIRD aprovou o projeto do Estado, e que faz parte do PNMRE, que prevê a recuperação de uma parcela de 2.700km da malha rodoviária estadual pavimentada. O projeto gaúcho deverá ser realizado em um período máximo de cinco anos, a contar de 1997, representando investimentos totais da ordem de US\$ 180 milhões, dos quais US\$ 80 milhões serão emprestados pelo BIRD e os US\$ 100 milhões restantes correspondem à contrapartida do Estado. Na primeira fase do programa, estão sendo recuperados 19 trechos rodoviários, equivalentes a 463 quilômetros, representando um investimento de US\$ 24,9 milhões.

Corredores de Exportação

No mês de julho de 1997 o Governo do Estado e o BID assinaram um contrato de financiamento que destina US\$ 300 milhões a esse programa, com as seguintes participações: BID (US\$ 150 milhões), Eximbank japonês (US\$ 75 milhões) e Governo do Rio Grande do Sul (US\$ 75 milhões). Os Corredores de Exportação consistem em 36 trechos de estradas estaduais, perfazendo 900km, que facilitarão o acesso às fronteiras com a Argentina e o Uruguai e ajudarão a escoar as produções gaúcha e brasileira para os países do Mercosul.

Pró-Rural 2000

O Governo do Estado igualmente assinou, em julho passado, um contrato com o BIRD que prevê a alocação de US\$ 208,8 milhões, que beneficiará entre 80 mil e 100 mil pequenos produtores rurais em áreas de bolsões de pobreza do Estado. Desse total, o BIRD entrará com US\$ 100 milhões e os US\$ 108,8 milhões restantes serão a contrapartida estadual: US\$ 70 milhões provenientes do Tesouro estadual e US\$ 38,8 milhões dos municípios e dos produtores.

O Pró-Rural contempla três segmentos de atuação: infra-estrutura básica, preservação ambiental e geração de renda para a pequena propriedade, com financiamento a atividades que resultem em agregação de valor à produção.

Pró-Guaíba

Além dos novos empréstimos contratados, o BID iniciou o desembolso da primeira parcela de recursos de US\$ 113 milhões, para deslanchar o projeto Pró-Guaíba, cujo contrato foi assinado em 1995. O projeto prevê a recuperação, ao longo de 15 anos, da bacia hidrográfica do Guaíba, abrangendo 85.950km quadrados em 220 dos 467 municípios gaúchos, responsáveis por 86% do Produto Interno Bruto do Estado e onde vivem dois terços da população.

Dos investimentos totais de US\$ 1 bilhão previstos pelo Pró-Guaíba, 60% serão provenientes do BID, e o restante, do Governo do Estado. Na primeira fase das obras, com duração de quatro anos, serão gastos US\$ 220,5 milhões. Os projetos beneficiados nessa etapa inicial são aqueles considerados mais emergenciais, como coleta e tratamento de esgoto em Porto Alegre, criação de depósitos e usinas de reciclagem para o lixo da Região Metropolitana, controle da contaminação por agrotóxicos nas microbacias em estado crítico e combate à poluição industrial. Nas etapas seguintes, o programa será estendido, com a execução do saneamento em municípios como Canoas, Alvorada, Viamão, Novo Hamburgo e São Leopoldo (MELO, 1997).

3.2 - Setor público municipal: Porto Alegre

Além dos financiamentos obtidos pelo Governo do Estado, a Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA) obteve, em 1997, um empréstimo do BID de US\$ 150 milhões para o Programa de Desenvolvimento Municipal de Porto Alegre. Dentre outras obras, o programa prevê investimentos na III Perimetral, no Plano Diretor Ciclovitário, em pavimentação comunitária e na modernização administrativa (BID..., 1997). Os recursos do BID financiarão 50% do valor das obras, os outros 50% deverão ser investidos pela PMPA.

3.3 - Setor privado

Pelo lado do setor privado, o ano de 1997 foi, da mesma forma, pródigo em termos de anúncio de novos investimentos externos de porte para o RS.

Além da captação de recursos para a ampliação do Pólo Petroquímico, de criação de uma *joint-venture* da Copesul com uma empresa argentina, da divulgação mais detalhada da vinda da montadora da General Motors e de seus principais fornecedores, novos investimentos foram anunciados no setor automotivo por parte da Navistar e da Ford, ambas norte-americanas, bem como a ampliação da fábrica da Pirelli. No setor do fumo, outros dois investimentos serão realizados pela Souza Cruz e pela Universal Leaf Tabacos. Já no setor de bebidas, a Coca-Cola decidiu implantar uma nova fábrica.

Expansão do Pólo Petroquímico

A iniciativa privada também está sendo financiada pelo BIRD e pelo Eximbank norte-americano. É o caso da Companhia Petroquímica do Sul (Copesul), localizada em Triunfo. Com a nova planta, que deverá entrar em operação no final de maio de 1999, serão agregadas à capacidade atual (685 mil toneladas/ano de eteno) mais 450 mil toneladas anuais. O investimento total será de US\$ 680 milhões, a serem parcialmente financiados pela International Finance Corporation (IFC) — agência de financiamento do BIRD — (US\$ 220 milhões) e pelo Eximbank norte-americano (US\$ 130 milhões).

Com esse aumento de escala, a Copesul pretende atender à demanda das empresas de II geração do Pólo Petroquímico de Triunfo e do Mercosul. Na esteira da ampliação da Copesul, empresas de II geração localizadas no Pólo igualmente estão se preparando para aumentar sua produção e construir novas plantas. A OPP Petroquímica prevê investimentos de US\$ 270 milhões, a Petroquímica Triunfo de US\$ 120 milhões e a Ipiranga Petroquímica de US\$ 335 milhões (AMPLIAÇÃO..., 1997).

Além disso, a Copesul e a empresa argentina Perez Companc International formaram uma *joint-venture* — a Innova Petroquímica — para a produção de 180 mil toneladas anuais de estireno e 120 mil toneladas de poliestireno, numa planta que será construída em Triunfo, com investimentos de US\$ 215 milhões (GOES, 1997).

A montadora da General Motors (GM)

Em março de 1997, foi assinado o termo de compromisso que garante a instalação da montadora em Gravataí, que produzirá, no mínimo, 120 mil carros anuais, com investimentos de US\$ 600 milhões, incluindo, nesse valor, os investimentos dos fornecedores.

A área escolhida pela GM em Gravataí tem 385 hectares, e ao Governo caberá a desapropriação do terreno, terraplenagem, garantia no fornecimento de energia, água, gás, telecomunicações, tratamento de efluentes industriais e sanitários, acessos rodoviários e construção de um terminal portuário na Região Metropolitana. O termo de compromisso prevê, ainda, a construção de um terminal privativo completo em Rio Grande.

A montadora gaúcha da GM será a primeira dentro do inovador conceito de comunidade industrial. Os principais fornecedores, chamados de sistemistas, ficarão junto à montadora e entregarão conjuntos prontos para a montagem final, que operará pelo sistema Just-in-Time. As indústrias sistemistas escolhidas pela GM virão, majoritariamente, do Exterior. Os serviços da comunidade, tais como refeitórios, ambulatórios, agências bancárias, telefônica e correio, dentre outras atividades de apoio, serão integrados.

Segundo o titular da Companhia Especial para a Implantação do Complexo Automotivo (CEIC)¹², todas as empresas que se instalarem no complexo terão acesso à totalidade do pacote de incentivos.¹³ As demais, consideradas como fornecedoras secundárias, poderão se beneficiar do Pró-Peças, um dos programas setoriais do Fundo Operação Empresa (Fundopem).

O aspecto mais polêmico da negociação costurada pelo Governo para atrair a montadora refere-se aos incentivos financeiros e fiscais oferecidos e que envolvem recursos do Fundo de Reforma do Estado, do Fundo de Fomento Automotivo do Estado do Rio Grande do Sul (Fomentar) e o uso do Fundopem.

¹² O Estado criou a CEIC para regular todo o processo de implantação das obras de infraestrutura para a montadora, além de cuidar dos aspectos legais das licitações para a realização dessas obras.

¹³ As indústrias sistemistas que virão se instalar junto à GM em Gravataí poderão financiar até 65% do investimento, através de uma linha especial de crédito existente para a indústria automotiva. Os outros 35% serão financiados pelo Governo, com recursos do Fundo de Reforma do Estado, conforme o valor do projeto (ESTADO..., 7.4.97, p. 12).

O empreendimento terá, ao todo, 27 empresas instaladas na comunidade industrial. Dessas 27 empresas, 16 serão fabricantes de conjuntos completos, e 10 serão prestadoras de serviços que darão suporte ao complexo industrial. A própria GM é a sistemista de motores e transmissões produzidos pela sua planta de São José dos Campos. A previsão é que, com a vinda da GM e das empresas sistemistas, será gerado um total de 4.300 empregos diretos e 17.600 indiretos.

Um dos primeiros reflexos da vinda da GM para o Estado será a duplicação da produção de aços especiais por parte da Aços Finos Piratini (hoje estimada em 120 mil toneladas), através de um investimento de US\$ 65 milhões, voltada para o parque automotivo (AÇOS..., 1997, p.9). Outro efeito indireto foi o anúncio feito em julho pela Gerdau — *holding* que controla a Aços Finos Piratini — da instalação de uma laminadora de aço no Rio Grande do Sul, orçada em US\$ 350 milhões (MARCHAND, 1997).

Além disso, o porto de Rio Grande passou a ser, a partir de setembro de 1997, a base de operações de importação e exportação de veículos, componentes e autopeças da General Motors do Brasil. Com a internalização feita no Rio Grande do Sul, o ICMS, mesmo com as notas sendo lavradas em outro Estado, reverterá para os cofres gaúchos.

Como efeito indireto da vinda da GM, pode ser atribuído o anúncio feito pela Goodyear de investimentos de US\$ 180 milhões no RS em uma planta que fabricará 1,2 milhão de pneus por ano.

A montadora de caminhões

Em setembro de 1997, foi assinado um protocolo de intenções entre a Agrale, de Caxias do Sul, a Navistar International Transportation, de Chicago, EUA, e o Governo do Estado para a instalação de uma montadora de caminhões médios e pesados em Caxias do Sul. A parceria resultará na criação de uma nova empresa, estando previsto um investimento inicial de US\$ 60 milhões, passando para US\$ 200 milhões quando a empresa estiver operando à plena capacidade. A produção inicial será de 1.200 mil unidades/ano entre 1998 e 1999. A partir do ano 2000, no entanto, alcançará cinco mil unidades/ano, com potencial para chegar a oito e até a 10 mil unidades/ano (ARRUDA, 1997).

A montadora da Ford

O projeto da Ford para a instalação de uma montadora no Rio Grande do Sul prevê a montagem de uma nova família de veículos, conhecida como a família dos Multy Activity Vehicles, destinada ao mercado brasileiro e à exportação. A fábrica terá capacidade para produzir inicialmente 150 mil veículos por ano, será modular e permitirá o aumento da capacidade de produção para 250 mil veículos. Os fornecedores estarão localizados junto à montadora e ajudarão na montagem do veículo. Num primeiro momento, os investimentos alcançariam US\$ 700 milhões.

A planta da Ford será uma das mais modernas do Mundo, com alto índice de robotização e automação; mesmo assim, deverão ser criados 1,5 mil empregos diretos e 20 mil indiretos na primeira etapa. O terreno de 880 hectares escolhido pela empresa para a instalação da montadora fica no Município de Guaíba, na Região Metropolitana de Porto Alegre. O presidente da Ford deixou claro que "(...) se escolheu o Rio Grande do Sul porque situa-se no ponto médio do Mercosul, seu principal objetivo, e apresenta condições logísticas adequadas, boa infra-estrutura e mão-de-obra de bom nível" (SANTI, 1997, p.C-3).

Os recursos que serão usados pelo Governo Estadual para conceder um financiamento de R\$ 200 milhões à Ford, comprar a área para a instalação da fábrica e dotá-la de infra-estrutura serão originários do Fundo de Reforma do Estado. Esse fundo é formado por recursos de venda de estatais.

Pirelli Pneus

Mesmo que a opção da GM tenha recaído na Goodyear como sistemista fornecedora de pneus para a montadora de Gravataí, a companhia italiana Pirelli Pneus decidiu ampliar sua fábrica instalada nessa cidade desde 1976, criando, com isso, mais 700 empregos diretos. Os novos investimentos serão da ordem de US\$ 170 milhões, sendo que as instalações atuais vão dobrar de tamanho, e a nova fábrica coordenará todas as atividades da empresa na América do Sul. O RS foi escolhido pela experiência já acumulada em Gravataí e pela localização geográfica, uma vez que a metade do aumento da produção com a nova fábrica será para exportação.

A fábrica de Gravataí produz câmaras de ar e pneus para motocicletas, ônibus, caminhões e máquinas agrícolas (BORGES, 1997).

A fábrica de cigarros da Souza Cruz

Em março de 1997, a empresa Souza Cruz anunciou a instalação de uma nova e gigantesca fábrica de cigarros no Rio Grande do Sul, no Distrito Industrial de Cachoeirinha, com investimento inicial previsto de US\$ 580 milhões, que poderá ser ampliado para US\$ 860 milhões em oito anos, com projetos complementares. Um dos fatores que influenciaram a escolha do Estado, de acordo com o presidente da empresa, foi a existência do Fundopem.

Universal Leaf Tabacos

Uma outra empresa do setor do fumo, a Universal Leaf Tabacos anunciou, em junho de 1997, investimentos de R\$ 130 milhões no RS para os próximos quatro anos: R\$ 30 milhões nas fábricas de Venâncio Aires e Santa Cruz do Sul e R\$ 100 milhões nas lavouras de fumo.

Coca-Cola

A Coca-Cola Indústria Ltda. investiu, em 1997, R\$ 55 milhões na primeira fase da nova fábrica gaúcha da empresa, construída numa área total de 167 mil metros quadrados, em Porto Alegre. O investimento poderá ser ampliado em mais R\$ 10 milhões, dentro de dois anos, para agregar mais um terço de capacidade produtiva.

3.4 - O custo da estratégia de captação de investimentos

Evidentemente, o Rio Grande do Sul passa por um período ímpar na atração de grandes investimentos. A simples enumeração dos principais

investimentos com recursos externos já é impressionante, aos quais ainda devem ser adicionados aqueles originários das empresas de capital nacional que desejam ampliar sua presença no Estado.

Embora os números causem um forte impacto, certas características desse novo surto de investimentos suscitam alguns questionamentos.

A atração das montadoras foi obtida ao custo de elevada dose de renúncia fiscal, de benefícios financeiros e de benfeitorias. Isto, principalmente, por dois motivos: primeiro, por causa da guerra fiscal entre os estados da Federação para captar novos investimentos, o que beneficia, sobremaneira, os investidores em potencial, outorgando-lhes maior poder de barganha; e, segundo, por serem as montadoras consideradas investimentos estratégicos e "âncoras" do desenvolvimento industrial. Os compromissos assumidos com os investimentos de maior porte acabam exaurindo a capacidade do Governo de proporcionar incentivos a outras empresas, prejudicando, especialmente, as pequenas e médias empresas locais. Estas necessitam de recursos a taxas de juros acessíveis, para poderem melhorar a qualidade de seus produtos e ampliar sua capacidade instalada, visando manterem-se no mercado e beneficiarem-se dessa onda de novos investimentos. Mas justamente as empresas que mais geram novos postos de trabalho por unidade de capital são aquelas que enfrentam maiores dificuldades para financiar seus investimentos.

Paradoxalmente, as empresas que agora estão sendo mais favorecidas pelos subsídios do Estado são as multinacionais, muitas das quais faturam, anualmente, valores que representam o triplo do PIB do Rio Grande do Sul.

Não deixa de chamar atenção, inclusive, o fato de que, enquanto nos Estados Unidos 40 estados desse país e as empresas da indústria do tabaco chegaram a um acordo inédito, no qual as empresas concordaram em pagar US\$ 368 bilhões nos próximos 25 anos para evitar as ações de indenização movidas pelos estados contra a indústria do fumo, no Rio Grande do Sul o Governo do Estado proporciona subsídios para que essas empresas aqui venham se instalar.

O acúmulo de isenções do ICMS, nos últimos anos, chegou a tal ponto que o Governo Estadual sentiu-se compelido a alterar as regras do Fundopem em novembro de 1997, reduzindo os incentivos concedidos às empresas e vinculando-os, a partir de agora, a projetos sociais, culturais e de desconcentração industrial, favorecendo mais aqueles empreendimentos

que se localizam nas regiões mais afastadas dos pólos industriais do Estado (GOVERNADOR..., 1997).¹⁴

Um outro aspecto que torna discutível a concessão de generosos incentivos fiscais e financeiros é a baixa proporção de empregos gerados por unidade de capital. Segundo dados da Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais, "Nos últimos três anos, o Rio Grande do Sul atraiu 15 bilhões em investimentos públicos e privados. Somente 38 destes empreendimentos nacionais e internacionais, vão gerar 23.307 empregos diretos" (VOLUME..., 1997, p.2-3). Os 38 investimentos listados pela própria fonte perfazem US\$ 6,897 bilhões. Portanto, cada posto de trabalho direto desses 23.307 empregos requer um investimento de US\$ 306 mil.

Decorre disso que é questionável a eficiência alocativa de recursos escassos, por parte do Governo do Estado, em termos de geração de emprego. Primeiro, porque a indústria tecnologicamente mais avançada se vale da automação e da robotização, reduzindo as oportunidades de emprego nas plantas mais novas. Segundo, porque, mesmo dentro do setor industrial, os segmentos que têm maior capacidade multiplicadora de demanda por mão-de-obra são aqueles mais tradicionais, tais como confecções e mobiliário, e estes não foram beneficiados, o mesmo acontecendo com a agricultura, que tem substanciais efeitos multiplicadores de demanda por mão-de-obra. Segue-se que, se a preocupação fundamental fosse a geração de empregos, outras teriam sido as escolhas.

4 - Considerações finais

No que se refere ao comércio externo do RS, tem se observado, ainda, uma grande concentração das exportações por grupos de produtos e quanto ao destino, sendo indispensável a busca de novos mercados e uma maior diversificação de produtos, com maior valor agregado. Quanto às

¹⁴ Uma das mudanças mais importantes da nova lei, que entra em vigor no dia 1º de janeiro de 1998, é a transformação do incentivo, de um empréstimo a fundo perdido em um financiamento de longo prazo. Pelas regras anteriores, a empresa recebia isenção parcial do ICMS e estava desobrigada de sua devolução. Com as mudanças introduzidas, o investimento beneficiado poderá receber financiamento até o limite de 9% do faturamento bruto incremental e deverá devolvê-lo em até oito anos (GOVERNADOR..., 1997).

importações, há uma elevada participação de poucos países, apesar da maior diversificação na pauta gaúcha, destacando-se, dentre os produtos importados, o trigo. O comportamento estadual, com decréscimo de aquisições externas, diferiu do nacional.

Nas relações comerciais com o Mercosul, sempre houve uma grande preocupação com as possíveis perdas do Rio Grande do Sul, devido ao fato de seu perfil econômico ser semelhante ao dos parceiros do Brasil nesse bloco, principalmente na agricultura. Ao analisar a pauta de comércio, torna-se evidente que, nos produtos como trigo, arroz, peles e couros, leite e laticínios, e carne bovina, o RS perde terreno para os similares argentinos e uruguaios, que, com a alíquota zero, entram no País com preços menores e maior qualidade. Entretanto os parceiros abrem um grande mercado para produtos manufaturados, tendo-se observado um fluxo intenso de comércio intra-indústria, decorrente dos ganhos de especialização oportunizados pelas economias de escala.

O ano de 1997 pode ser considerado o ano da consagração do RS como o *locus* privilegiado para investimentos públicos e privados que levam em conta a nova geografia regional imposta pelo Mercosul. As fronteiras externas que vinculam o RS com a Argentina e o Uruguai passaram a ser mais permeáveis, e isso está se refletindo nas decisões de investimento de empresas multinacionais e nacionais, bem como na concessão de financiamentos por parte de organismos internacionais.

A construção da ponte São Borja—Santo Tomé tornou-se uma realidade, o que deverá permitir desafogar o trânsito via Uruguaiana—Passo de los Libres e desobstruir, ao menos em parte, os entraves para a materialização do corredor bioceânico ligando o RS ao Pacífico. Por outra parte, as conversoras de frequência de Garabi e de Rivera, a Usina Térmica de Uruguaiana e o gás da Bolívia são projetos que deverão contribuir para superar o hiato deficitário previsível entre a oferta e a demanda de energia no Estado, o qual ameaçava colocar em risco a viabilidade de projetos de investimentos mais ambiciosos.

Na área de investimentos externos para o setor público, vários projetos foram contratados junto a instituições como o BIRD e o BID e iniciaram seu desembolso, o que configura um fato muito positivo para melhorar a infraestrutura do RS.

Contudo foi na área dos investimentos externos privados que se fizeram sentir as mudanças mais substanciais. De Estado "rejeitado", o RS

subitamente se tornou o local preferido, não apenas de uma, mas de três montadoras. Além disso, dezenas de outros investimentos somando vários bilhões de dólares foram anunciados, alguns dos quais foram relacionados neste texto.

Infelizmente, a luta pela atração de novos investimentos por parte dos estados da Federação está sendo travada ao custo de elevada dose de renúncia fiscal, além da outorga de outros benefícios de diversa índole, configurando uma verdadeira guerra fiscal entre eles. Chegou-se ao ponto de comprometer as finanças públicas com os estados, utilizando recursos além de seus limites. Na ausência de uma política industrial e regional ativa por parte do Governo Federal, os governos estaduais passaram a assumir esse papel, gerando um novo padrão de intervenção estatal no Brasil, ao qual o Rio Grande do Sul aderiu.

Como muitos dos novos investimentos anunciados são de um elevado nível de consumo de infra-estrutura e a relação arrecadação/PIB tende a ser menor no futuro em função das isenções concedidas, o Estado disporá, proporcionalmente, de menores recursos para provê-la. Uma outra questão preocupante é o fato de estarem os novos investimentos concentrando-se na Região Metropolitana de Porto Alegre. Decorre disso que as próprias expectativas de maior produção e emprego na RMPA tenderão a atrair migrantes, exigindo, assim, redobradas despesas em infra-estrutura urbana (ALONSO, 1997). A própria concentração desordenada, dada a falta de uma política industrial mais criteriosa, colocará em risco as economias de aglomeração existentes, ocasionando deseconomias pela falta de estrutura urbana adequada. Por último, mas não menos importante, com a polarização dos investimentos na RMPA, previsivelmente, aumentarão as desigualdades de renda entre os municípios do Estado.

Bibliografia

- AÇOS Finos duplicará a produção (1997). **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, 18 mar., p.9.
- ALONSO, José Antônio Fialho (1997). **Desenvolvimento econômico na sua dimensão metropolitana**. Porto Alegre. (mimeo).
- AMPLIAÇÃO do Pólo (1997). **Jornal do Comércio**, Porto Alegre 29 set., p.1-8. Cad. Especial.

- BELLO, Teresinha da Silva (1997). O relacionamento do RS com o exterior. **Indicadores Econômicos FEE**. Porto Alegre, v.25, n.1, p.100-134.
- BID financia perimetral (1997). **Gazeta Mercantil**, 3-5 out., p.3.
- BORGES, Letícia(1997). Pirelli torna oficial a duplicação. **Gazeta Mercantil**, Porto Alegre, 28 ago., p.3.
- BUENO, Sérgio (1997). Avipal busca consumidores no exterior. **Gazeta Mercantil**, 8 abr., p.C-4.
- CAI o faturamento das exportações de frango (1997). **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, 21 nov., p.14.
- CESARE, Claudia F. D. (1997). A complicada logística dos tubos. **Gazeta Mercantil**, 7-9 mar., p. C-1.
- CONTA da GM na mesa do governo, A (1997). **Zero Hora**, Porto Alegre : RBS, 13 abr., p.6-7. Cad. de Economia.
- ESTADO define fornecedores de GM (1997). **Correio do Povo**. Porto Alegre, 7 abr., p.12.
- FERRARI, Livia (1997). Os "ex"- tarifários ainda pressionam. **Gazeta Mercantil**, 3-5 out., p.A-5.
- FONSECA, Marcos (1997). Rio Grande passa à frente dos concorrentes. **Zero Hora**, 1 set., p.34.
- FURTADO, Antonio (1997). Grandene já é o maior empregador do Ceará. **Gazeta Mercantil**, 24 nov., p.C-8.
- GOES, Severino (1997). Associação sai do papel. **Gazeta Mercantil Latino-Americana**, 11-17 ago., p.22.
- GOVERNADOR altera regras do Fundopem (1997). **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, 11 nov., p.7.
- GUIMARÃES, Luiz (1997). BNDES abre linha de crédito de R\$ 250 mi para RS. **Gazeta Mercantil**, 28 out., p.A-8.
- KASSAI, Lúcia (1997). Barreiras limitam potencial de vendas de óleo de soja. **Gazeta Mercantil**, 14 out., p.C-9.
- MARCHAND, Jussara (1997). Gerdau busca sócios para usina de laminados. **Gazeta Mercantil**, 15 jul., p.C-3. Relat. *Gazeta Mercantil*.
- MELO, Itamar (1997). Bacia do Guaíba começa a renascer. **Zero Hora**, 16 mar., p.31.

NASSIF, Luís (1997). O protecionismo americano. **Folha de São Paulo**, 14 out., p.2-3.

PLÁSTICO cresce, apesar dos problemas, O (1997). **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, 1 dez., p.5. Cad. Jornal da Indúst.

PROEX beneficia 33 exportadores do RS (1997). **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, 23 out., p.8.

QUADROS, Maria José (1997). Calçadistas gaúchos farão quatro fábricas na Bahia. **Gazeta Mercantil**, 1 out., p.C-5.

QUADROS, Maria José (1997b). Duas novas fábricas no pólo calçadista do interior baiano. **Gazeta Mercantil**, 24 nov., p.C-8.

SANTI, Mário de (1997). Gaúchos bancarão juros da Ford. **Gazeta Mercantil**, 3-5 out., p.C-3.

VOLUME de recursos inédito. Relatório Investindo no RS (1997). **Gazeta Mercantil**. 2 dez., p.2-3.